



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO XAVIER



RESPOSTA A RECURSO CONCORRÊNCIA 013-2025

Recurso Administrativo – Concorrência nº 013/2025

Município de Porto Xavier/RS

Recorrente: Alto Nível Soluções Construtivas Ltda

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Execução da Obra do Parque Missioneiro e Pórtico Rabo do Peixe

Data do certame: 13/11/2025

I – DO RELATÓRIO

A empresa **ALTO NÍVEL SOLUÇÕES CONSTRUTIVAS LTDA** interpôs Recurso Administrativo contra sua desclassificação na Concorrência nº 013/2025, alegando ilegalidade do item 2.7 do edital, o qual exige que as empresas participantes estejam obrigatoriamente estabelecidas na Região das Missões do Estado do Rio Grande do Sul.

Afirmou a recorrente que tal cláusula afrontaria os princípios da isonomia e competitividade, bem como contrariaria a Lei nº 14.133/2021.

A Comissão Permanente de Licitação passa a decidir.

II – DA ANÁLISE

1. Da vinculação ao instrumento convocatório

A Administração Pública está estritamente vinculada às regras do edital, conforme dispõe o art. 5º, da Lei nº 14.133/2021.

O **item 2.7** da Concorrência 013/2025 estabelece, de forma objetiva, exclusiva e expressa:

“Para participação no certame as empresas devem obrigatoriamente estar estabelecidas na Região das Missões do Estado do Rio Grande do Sul, devido a se tratar a obra de cunho histórico das missões, assim valorizando as empresas desta região.”

Tal exigência foi publicada previamente, com ampla publicidade, e nenhuma empresa apresentou impugnação ou pedido de esclarecimentos dentro dos prazos legais, referente ao item 2.7.

Assim, operou-se a preclusão quanto à possibilidade de questionamento da cláusula editalícia somente após o resultado da fase de habilitação.

A recorrente participou livremente do certame aderindo integralmente às condições do edital e somente após ser inabilitada manifestou inconformidade com a regra.

2. Da legalidade da exigência e da discricionariedade administrativa

O Município, no exercício de sua competência constitucional para organização e preservação de seu patrimônio histórico e cultural, estabeleceu critério objetivo voltado à execução de obra de caráter histórico-missioneiro, inserida no contexto cultural local.

A exigência do item 2.7:



Rua Tiradentes, 540 – Centro
Fone: (55) 3354-0700 – Fax: (55) 3354-0716
E-mail: gabinete@pmportoxavier.com.br
CEP: 98.995-000 – Porto Xavier – RS – BRASIL



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO XAVIER**



- consta expressamente do edital;
- foi publicada e acessível a todos os interessados;
- decorre de justificativa administrativa prévia, relacionada ao contexto histórico-cultural da obra;
- não foi impugnada oportunamente por nenhum licitante.

Cabe ressaltar que a Administração possui margem de discricionariedade para definir critérios específicos de participação desde que previamente estabelecidos, devidamente justificados e aplicados de forma isônoma a todos — o que ocorreu no presente caso.

A regra foi aplicada uniformemente, tendo sido desclassificadas todas as empresas não estabelecidas na Região das Missões, sem qualquer favorecimento ou direcionamento.

3. Da impossibilidade de revisão do edital após abertura das propostas

Com base no princípio da segurança jurídica e da vinculação ao edital, não cabe à Comissão, nesta fase, declarar nulidade de regras que estavam disponíveis desde o início do certame e que não foram contestadas dentro do prazo legal.

Admitir tal pedido violaria, inclusive, a igualdade com as demais empresas já desclassificadas pelo mesmo motivo e que cumpriram o edital ou optaram por não recorrer.

III – DA CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto:

- O item 2.7 do edital é válido, pois não foi impugnado no prazo legal;
- A Administração está vinculada às condições previamente estabelecidas;
- A recorrente não atendeu ao requisito objetivo de ter estabelecimento na Região das Missões/RS;
- A decisão de inabilitação foi correta e devidamente fundamentada.

IV – DA DECISÃO

Assim, a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PORTO XAVIER/RS decide:

I – CONHECER o recurso administrativo, por ser tempestivo;

II – NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se integralmente a decisão que inabilitou a empresa Alto Nível Soluções Construtivas Ltda, com fundamento no item 2.7 do Edital da Concorrência nº 013/2025.

Mantêm-se inalterados todos os demais atos do certame.

Porto Xavier/RS, 19 de novembro de 2025.

Comissão Permanente de Licitações
Município de Porto Xavier/RS



Rua Tiradentes, 540 – Centro
Fone: (55) 3354-0700 – Fax: (55) 3354-0716
E-mail: gabinete@pmportoxavier.com.br
CEP: 98.995-000 – Porto Xavier – RS – BRASIL